



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

5.º RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO DOS JULGADOS DE PAZ

**PARA APRESENTAR
À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
E AO
GOVERNO**

Referente a 30 de Junho de 2006

Aprovado em 21 de Setembro de 2006



I.

Os ideais

1. Pelo 5º ano consecutivo, o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz elabora e apresenta, à Assembleia da República ao Governo, um relatório.

Tirando a natural modificação de elementos estatísticos, poderíamos repetir o que, há anos, vimos relatando.

Porém, em vez de repetições escusadas, optamos por referir, apenas, aspectos que consideramos, fundamentais, quer em geral, quer quanto a cada Julgado de Paz, quer relativamente a este Conselho.

Em termos gerais, há que frisar o que se segue.

Para se qualificar uma instituição, há que considerar a sua razão de *ser* e o seu modo de *existir*.

Os julgados de Paz têm dignidade constitucional de Tribunais, vale dizer, de Órgãos de Soberania: arts. 209º n.º 2 e 110º n.º 1 da Constituição da República Portuguesa (C.R.P.).

Os Tribunais Portugueses são de várias naturezas, entre elas os extrajudiciais que são os Tribunais Arbitrais e os Julgados de Paz. Uns e outros têm origens históricas que se perdem nos alvares da nacionalidade. Os Julgados de Paz tiveram fulgor aquando do constitucionalismo liberal do século XIX, *apagaram-se* (ou foram *apagados*) em meados do século XX e renasceram com o novo século XXI.

Voltaram para colaborar na realização, que é dever do Estado; o *direito fundamental à Justiça efectiva* (art.º 20º da C.R.P.).

Voltamos a citar a normatividade constitucional porque é na Constituição da República (C.R.P.) que toda a temática institucional tem de se basear. E, aliás, observada a Constituição se, desta, resultarem, directamente, consequências institucionais, é indiferente que a lei ordinária as repita ou não. É assim que os Julgados de Paz, sendo Tribunais, recebem, designadamente, para os seus *rostos*



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

visíveis, que são os Juizes de Paz, independência e dever de observância da normatividade, como magistrados que são, *ainda que não judiciais* (arts. 203º/204º da C.R.P.).

Essencial em tudo isto, encontra-se a já afluída causa final de colaboração na realização do direito fundamental à Justiça – art.º 20º da C.R.P.; mas, entenda-se à Justiça *efectiva*, concreta, não à abstracta.

E os Julgados de Paz, pese embora dificuldades de vária natureza, têm, globalmente, não só justificado a sua existência, como a sua desejável disseminação por todo o País, Continente e Regiões Autónomas, decerto faseadamente, mas de modo que se deseja *firme, significativo e perceptível* para os cidadãos.

Dissemos que os Julgados de Paz são Tribunais extrajudiciais.

Que são Tribunais, dí-lo a Constituição. Ponto final.

Que são extrajudiciais, resulta de estrutura subjectiva e objectiva, organização e funcionamento completamente *diferentes* dos judiciais, conforme lei que a Assembleia da República aprovou por unanimidade: Lei n.º 78/2001, de 13.07. Nem teria sentido de outro modo. *Seria um “luxo” injustificável se os Julgados de Paz fossem o mesmo que Tribunais judiciais de Pequena Instância (art.º 96º da Lei n.º 3/99, de 13.01), com outro nome.*

A apreciação dos resultados concretos dos Julgados de Paz tem de considerar certos factores sem cuja ponderação tudo seria falseado.

Assim e fundamentalmente, a análise da situação tem de relevar: o escasso número de Julgados de Paz existente e, daí, a ponderação de diferença entre relevância local e relevância nacional; desconhecimento que ainda subsiste sobre a existência e modo concreto de actuação, o que resulta, negativamente, em certas zonas, porque *ninguém pode gostar do que não conhece*; factores concretos, locais, que ajudam a compreender algumas menores rentabilizações.

Ora, não é possível, aos Julgados de Paz terem, acentuada relevância nacional, se – agora – são apenas 15, face a centenas de comarcas de Tribunais judiciais.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Portanto, aqui, a solução está em aumentar o número dos Julgados de Paz.

Sabe-se que têm sido estes os programas dos últimos Governos e é o Programa do actual Governo, para o que foi protocolado um estudo a realizar pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.).

Este Conselho, no momento em que este relatório é projectado, ainda não tem conhecimento – que solicitou – do referido estudo. Aliás, fornecemos vários elementos ao I.S.C.T.E.. Mas desconhecemos os resultados. De todo o modo, desejamos que dê origem a uma programação, naturalmente, faseada, mas firme, clara, visível, conforme já reflectimos.

Por outro lado, *grassa, ainda, um generalizado desconhecimento sobre o que são e o que valem os Julgados de Paz.* Aliás, é um problema que exponencia o anterior e vice-versa. Esta questão, que é muito negativa, *só poderá ser vencida mediante uma intensa campanha de divulgação, mormente nos grandes meios de comunicação social. Não se trata de gastar dinheiro. Trata-se de investir.* Muitos Juizes de Paz têm sido activos divulgadores dos Julgados de Paz. Mas é claro que os efeitos das suas iniciativas são, fundamentalmente, locais.

Finalmente – neste, aliás, restrito enunciado de questões – é manifesto que existem problemas localizados, que consideramos ultrapassáveis mas, para o serem, têm de ser assumidos e resolvidos. Por exemplo: a localização das instalações do Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares em plena Câmara Municipal, sem meios nem condições para, objectivamente, convencerem de que se trata de um Tribunal; a dispersão geográfica dos Agrupamentos de Concelhos sediados em Tarouca e Santa Marta de Penaguião, situação agravada, naquele caso, por dificuldades junto de alguns Srs. Advogados de alguns Concelhos; discutíveis autonomias, como a de Terras de Bouro; continuada falta de protocolo do *Agrupamento* sediado em Oliveira do Bairro. Controversa situação de Aguiar da Beira/Trancoso.

Naturalmente quando, mais adiante, falarmos sobre cada um dos Julgados de Paz, algo acrescentaremos.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

2. Não podemos deixar de reflectirmos sobre um dos *itens* mais significativos do processado nos Julgados de Paz, a saber, a mediação.

Foram os Julgados de Paz, nestes 5 anos que levam de recriados, quem deu alguma visibilidade à mediação. Antes de 2001 já existiam Recomendações e opções do Conselho da Europa e da União Europeia a favor dos sistemas extrajudiciais de Justiça, especialmente a mediação e, todavia, desta não se falava.

Chegaram, aliás, voltaram os Julgados de Paz e, com estes, a mediação, e tal motivou num verdadeiro elencar de regras sobre mediação (*Lei n.º 78/2001, de 13.07*)⁽¹⁾, *que não se fazia desde o Regimento dos Concertadores de Demandas de 1519*, e passou a fazer sentido o sistema da mediação.

E, ultimamente, têm surgido iniciativas nesta matéria, mormente, a propósito de *mediação penal* (face à Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho, da União Europeia), *mediação laboral, dívidas hospitalares, mediação familiar* (Coimbra, depois de Lisboa).

Sabe-se que uma das – teoricamente – possíveis noções de mediação, a autonomiza, relativamente, a qualquer outro sistema de Justiça.

Mas, se a mediação só tem sentido enquanto sistema teologicamente *de Justiça*; e se a Justiça é, como, seguramente, é, reserva jurisdicional do Estado ⁽²⁾; cremos bem que a mediação, como sistema de Justiça, deve ser harmonizada com a jurisdicionalidade, *que reconheça proporcionalidade e validade de resultados.*

É o sistema bem concebido e bem conseguido que vigora nos Julgados de Paz e que deve servir de exemplo. É, inclusive, a linha de orientação dos casos judiciais em que tem sido preconizada a mediação. ⁽³⁾

Outra coisa, aliás, é a chamada *mediação preventiva*; que pode justificar os chamados Gabinetes de Consulta Jurídica mas que, porém, supomos que não têm

¹ - Artigos 30º e segs; arts 49º e segs.

² - V.g. Gomes Canotilho; Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 6ª edição, 660/669.

³ - DL n.º 314/78 (art.º 147-D, redacção da Lei n.º 133/99, de 28.08) – Tribunais de Família. Lei n.º 166/99 (art.º 42º) – Lei Tutelar Educativa.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

resultados significativos (arts. 14/15 da Lei n.º 34/2004, de 29.07), pese embora o significado constitucional da Advocacia (v.g. art.º 208º da C.R.P.).

A nosso ver, pode ser conceptualmente possível, mas não totalmente conseguidos sistemas de mediação desligados da actividade jurisdicional que constate a proporcionalidade e imprima validade.

E, sublinha-se, o sistema que deu luz à mediação e que vigora nos Julgados de Paz. ⁽⁴⁾

Pensamos que deve ser o paradigma do modo de funcionamento da mediação, ainda que, em alguns casos, intervenha o Juiz de Paz e, noutros, o Magistrado Judicial.

Acresce que, numa altura em que a questão, quanto à competência dos Julgados de Paz, é o aumento, não faria sentido que, na prática, um sistema *divorciado* de mediação se traduzisse em diminuição real da operacionalidade dos Julgados de Paz.

Veja-se, designadamente que, de facto, os Julgados de Paz, hoje, já têm de apreciar se houve delito criminal nos casos elencados no n.º 2 do art.º 9º da Lei n.º 78/2001, para poderem atribuir (ou não) consequente indemnização.

Cremos, assim, que os *Julgados de Paz não devem ficar à margem dos casos que, ultimamente, têm levado a ser preconizada a intervenção de mediação.*

3. Como se reflecte no que se disse, a resolução de diferendos juridicamente enquadráveis constitui função e reserva do Estado.

É a jurisdicionalidade que integra a soberania e se reflecte nos Tribunais: arts. 20º/110º/111º e 202º da Constituição da República Portuguesa.

Tudo isto é, perfeita e desejavelmente, harmonizável com mediação, à qual este Conselho é, inteiramente, favorável.

Mas, no rigor dos princípios brevemente expostos, a mediação, na medida em que pode e deve concorrer para a solução de problemas sociais juridicamente

⁴ - Lei n.º 78/2001, citado arts. 30º e segs. e 49º e segs.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

reguláveis, dir-se-ia que não deve ser “privatizada” nem “administrativizada”, salvo o devido respeito por qualquer outra opinião.

Claro que, teoricamente, pode imaginar-se a intenção de mediação em situações sem carácter jurídico. Mas, dificilmente, se encontrará, na realidade, qualquer situação que não envolva problemática jurídica e, portanto, diferendo jurisdicionalmente regulável, no âmbito da intervenção da mediação.

Como assim, a inteira observância dos princípios constitucionais e, mais do que isso – que já seria suficiente – a adequada ponderação da *proporcionalidade* que tem de dar o relevo, mais do que à composição, à *justa* composição de diferendos e, assim, à observância dos devidos *valores* – mais que do interesses – em apreço; encontra-se não na concorrência ou no afastamento entre Tribunais e Juízes por um lado, e mediação e mediadores por outro mas, sim, na *convergência*, na *conjugação*, na *harmonização institucional*.

E tudo isto leva ao princípio.

4. Foram os Julgados de Paz que deram visibilidade à mediação, como não é demais reconhecer. E, isto, graças a um sistema sustentado, bem organizado.

São os Julgados de Paz, conformados como o faz a lei portuguesa, na sua originalidade, na sua globalidade, na sua harmonização, na sua arquitectura tão bem imaginada, que constituem a experiência mais assumida da conjugação entre acção jurisdicional do Estado e mediação nele autonomamente vivenciada, mas observável por quem age em nome do Povo (art.º 202º n.º 1 da C.R.P.).

Ou seja:

A mediação constitui, hoje e no futuro imediato, uma *ferramenta* utilíssima na solução de diferendos e na diminuição da sobrecarga funcional e temporal da actividade de Tribunais.

Mas é defensável que seja conjugada, harmonizada com a função jurisdicional, à qual caberia a análise final da adequação das soluções à proporcionalidade que faz, da composição de diferendos, justa composição, tanto mais quanto é certo que os mediadores nem têm de ser juristas.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Note-se que já existe mediação harmonizada mesmo com o foro judicial, conforme se aludiu. É, designadamente, o que se passa com a Lei de Menores ⁽⁵⁾ e a lei Tutelar Educativa⁽⁶⁾. Com uma assinalável diferença em relação aos Julgados de Paz ⁽⁷⁾: é que, no foro judicial e no âmbito da referida normatividade, a mediação não é voluntária e, nos Julgados de Paz, é-o ⁽⁸⁾.

Tudo simples.

Tudo claro.

Se Portugal tem uma instituição que, mau grado as dificuldades que tem enfrentado, está a prestar um notável contributo – pese embora a sua diminuta implementação – para o serviço de Justiça aos cidadãos; se essa instituição inseriu, de maneira muito conseguida a mediação; não só seria um desperdício “esquecer” os Julgados de Paz perante o incremento da mediação; como é seguro que o modelo dos Julgados de Paz:

- mediação voluntária;
- homologação jurisdicional
- ou
- conciliação
- ou
- decisão jurisdicional

dir-se-ia que é o que deve ser seguido nas várias intervenções de mediação que se desejam frutuosas, a bem dos cidadãos e da jurisdicionalidade.

Numa linha aproximativa da mediação/conciliação com o foro arbitral, bem cremos que útil tem sido, ao cidadão comum, designadamente, a referente a conflitos de consumo, como o caso do Centro de Arbitragem de Conflitos do Consumo da Cidade de Lisboa – *que, recordamos, tem um Juiz-Árbitro, que assume a jurisdicionalidade, e homologa os acordos alcançados* ⁽⁹⁾; e se espera

⁵ - DL n.º 314/78 (art.º 147-D, redacção da Lei n.º 133/99, 28.08).

⁶ - Lei n.º 166/99 (art.º 42º).

⁷ - Como bem assinala Francisco Ferreira, “Justiça Restaurativa”, 89.

⁸ - Art.º 49º da Lei n.º 78/2001, de 13.07. Cfr., entre muitas orientações internacionais, o Relatório sobre o Livro Verde acerca dos ADR, do Parlamento Europeu, de 21.02.2003 (Final A5-0058/2003).

⁹ - Vejam-se os respectivos Regulamentos Interno e Regulamento de Arbitragem.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

que, *na essência*, não lhe seja dissemelhante, o previsto Centro Nacional de Informação. Mediação, Conciliação e Arbitragem em Matéria de Consumo, aliás *expressamente, sem prejuízo da competência dos Julgados de Paz* ⁽¹⁰⁾.

Ou seja: mediação, seguramente sim. Mas mediação conjugada, harmonizada e validada pela jurisdicionalidade do Estado.

5. A linha do que reflectimos anteriormente parte e chega ao modo – original, respeitador do que foi o Passado dos Julgados de Paz, actualizado ⁽¹¹⁾, harmonizado, verdadeiramente sustentado – como, em Portugal, renasceram ⁽¹²⁾ os Julgados de Paz.

Surgiram no âmbito de resposta ao direito fundamental à Justiça, *diversificando a oferta de caminhos da Justiça*.

Nem teria sentido de outro modo, posto que, Tribunais *judiciais* de pequena litigiosidade já existem, os Juízos de Pequena Instância ⁽¹³⁾. É uma ideia que já ficou exposta, mas não é demais reflectir.

Nesta perspectiva de extrajudicialidade – como os Tribunais Arbitrais – os Julgados de Paz foram reflectidos no Livro Verde da Comissão Europeia, justamente “sobre os modos alternativos de resolução de litígios”, na circunstância no concernente à matéria que estava, então, em causa, a civil (*stricto sensu*) e a comercial [COM (2002) 196 final].

6. É o que devemos reflectir, claramente, acerca deste próprio Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz.

Não está, agora e aqui, em causa, sabermos se *todos* os Tribunais portugueses deveriam ser geridos por um só Conselho, e se tal seria operacional.

Isso é um problema *a montante* da normatividade constitucional.

¹⁰ - Arts. 534 e 681 do Anteprojecto (2006) do Código do Consumidor.

¹¹ - Lembrando François Ost, O Tempo do Direito, 227, “... o desafio que se apresenta aos juristas. Pensar as vias de abertura ao futuro em formas duráveis; romper com o passado, apoiando-se ao mesmo tempo nele... dar um futuro ao futuro.”

¹² - Justiça de Paz (Coimbra Editora, 2005), págs. 69 e segs.

¹³ - Art.º 96 da Lei n.º 3/99, de 13.01.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

O que é incontroverso é que, concorde-se ou não, tenha-se ou não como sistema operacional, a Constituição de República Portuguesa prescreve, entre o mais:

- Tribunais são Órgãos de Soberania, havendo que observar, a seu respeito, designadamente, o princípio da separação, sem prejuízo da interdependência (arts. 110/111);

- Tribunais, há-os de diversas naturezas ⁽¹⁴⁾, desde os comuns (*lato sensu*), ou judiciais [grande maioria: art.º 209º n.º 1 a)], aos extrajudiciais, assentes nos chamados “meios alternativos”, na linguagem anglo-saxónica dos “A.D.R.” ⁽¹⁵⁾. Esta alternatividade tem que ver não com uma perspectiva concorrencial (pode e deve haver coincidência e harmonização de sistemas) mas, sim, com *assinalável diferença de procedimentos e de objectivos* relativamente à jurisdição dita *tradicional* ou judicial: arts. 209º e segs da C.R.P.;

- Coerentemente com esta orientação, a Constituição da República Portuguesa prescreve três grandes linhas organizativas (art.º 217º):

- a) Tribunais judiciais: Conselho Superior da Magistratura;

- b) Tribunais administrativos e fiscais: Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

- c) Restantes Tribunais: a Lei ordinária dirá, em cada caso, “com salvaguarda das garantias previstas na Constituição” ⁽¹⁶⁾. *É esta constitucionalidade que justifica este Conselho.*

Portanto, os Julgados de Paz, mormente no que concerne aos seus magistrados específicos, os Juizes de Paz, sempre teriam de justificar um Órgão próprio como este Conselho, que se encarregasse da nomeação dos Juizes de Paz, disciplina, acompanhamento, gestão interdisciplinar.

¹⁴ - Jorge Miranda e Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada I, 186: “Tribunais, neste sentido, não são apenas os tribunais judiciais. Tutela *jurisdicional* não significa, na realidade, o mesmo que tutela *judicial*, havendo no nosso ordenamento diversas categorias de tribunais onde ordens de jurisdição”.

¹⁵ - Alternative Dispute Resolution

¹⁶ - Designadamente, princípio da separação de Poderes (art.º 111º) e de independência da jurisdicionalidade (art.º 203º).



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Claro que *uma coisa é a existência de um Órgão próprio como este Conselho, outra coisa é a sua desactualizada composição* (onde está um Juiz de Paz, um Advogado, etc?) *e a ausência de quadro funcional, de orçamento próprio, de serviço inspectivo, etc.*

Tudo tem esperado pela revisão da Lei n.º 78/2001.

Este é dos tais casos que tem implicado uma extraordinária dedicação dos Funcionários, em situação precária, com quem temos tido o gosto de trabalhar: O Sr. Dr. Arlindo Ascensão, o Sr. Dr. João Martins, ultimamente, a Sr.^a Dr.^a Ana Mota Feliz.

Nesta linha sintética, urge, designadamente:

- a) A recomposição deste Conselho;
- b) A possibilitação de serviço inspectivo;
- c) A definição de um quadro humano funcional;
- d) Meios materiais compatíveis.

E, isto, no interesse do Conselho? Decerto que não. Sim, no interesse da Justiça que o Estado, inclusive por nosso intermédio, não pode deixar de servir.

Por nós, os que cá estamos – a lei fala em mandato de legislatura ⁽¹⁷⁾, continuaremos a fazer, às vezes, o que parece impossível, com a escassez de meios e, principalmente, graças a *algumas boas vontades*.

Apenas a título de exemplo de *um dos muitos mais trabalhos desenvolvidos por este Conselho, e reflectindo a imperiosa necessidade de concurso/curso para Juizes de Paz*, vai, em *apenso*, o Parecer sobre a projectada Portaria que aprovará o respectivo Regulamento.

¹⁷ - Art.º 65º n.º 1 da Lei n.º 78/2001, de 13.07. Note-se que este art.º 65º n.º 1, ao prescrever “mandato de legislatura”, que se previa de anos, enquanto que a fase experimental dos Julgados de Paz se previa de escassos meses, é a prova seguríssima de que a Lei n.º 78/2001 instituiu este Conselho *para além* da tal fase experimental como seria natural, conforme dito, quanto a Tribunais (Julgados de Paz) que prosseguissem a sua caminhada. Acresce que a lei não disse “mandato desta legislatura”. Foi mais longe e disse “de legislatura” o que, sem qualquer dúvida, em elementar hermenêutica jurídica, significa a preconização de funcionamento “ad futurum” como, aliás, é, constitucionalmente, correcto (além dos já citados arts. 209º n.º 2, 111º n.º 1 e 217 n.º 3 da C.R.P.), art.º 9º n.º 3 do C. Civil.

II.

E é tempo de falarmos do que se passa em cada Julgado de Paz, na medida dos elementos disponíveis e conforme for mais significativo.

Recordemos que por falta de meios humanos (continua a não haver indispensável serviço inspectivo), e deficiências do automóvel ao serviço deste Conselho e, ainda, porque razões excepcionais obrigaram a constantes idas ao Julgado de Paz do Porto; para efeitos deste relatório só foi possível ir ao Julgado de Paz de Lisboa. Quanto ao mais, baseamo-nos nos relatórios mensais e em especiais informações pedidas aos Srs. Juizes de Paz, *cuja colaboração deve ser realçada*.

Antes de mais, alguns dados estatísticos:

Processos entrados nos Julgados de Paz em 2002 -----	337
Processos entrados nos Julgados de Paz em 2003 -----	697
Processos entrados nos Julgados de Paz em 2004 -----	2.533
Processos entrados nos Julgados de Paz até 30/6/2002 -----	178
Processos entrados nos Julgados de Paz até 30/6/2003 -----	566
Processos entrados nos Julgados de Paz até 30/6/2004 -----	2.000
Processos entrados nos Julgados de Paz até 30/6/2005 -----	5.269
Processos entrados nos Julgados de Paz até 30/6/2006 -----	9.588 ⁽¹⁸⁾

—————Ω—————

Total de Processos decididos nos Julgados de Paz até 30/06/2004 -----	1.614
Total de Processos decididos nos Julgados de Paz até 30/06/2005 -----	4.548
Total de Processos decididos nos Julgados de Paz até 30/06/2006 -----	8.354

—————Ω—————

¹⁸ - Sabendo-se que os primeiros 4 Julgados de Paz foram reinstalados em 2002; que, depois, foram instalados mais 8, apenas, em 2004; e que, depois, só foram instalados mais 3, já em 2006; e que alguns dos locais e condições concretas são negativas para rentabilização; *é verdadeiramente notável o progresso global da rentabilidade dos poucos Julgados de Paz!* Os números falam por si, objectivamente. *O pior “mal” dos Julgados de Paz, é pura e simplesmente, serem poucos!*



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Percentagem entre os processos entrados e decididos nos Julgados de Paz até 30/06/2005 – 86,32%

Percentagem entre os processos entrados e decididos nos Julgados de Paz até 30/06/2006 – 87,13%

— Ω —

Nota final estatística

Comparemos só os últimos tempos:

- Processos entrados, em todos os Julgados de Paz:

Entre 30.06.2004 e 30.04.2005 ----- 3.269

Entre 30.06.2005 e 30.06.2006 ----- 4.319

Isto significa só num ano, *um aumento de 24,31%*

- Processos decididos em todos os Julgados de Paz:

Entre 30.06.2004 e 30.04.2005 ----- 2.934

Entre 30.06.2005 e 30.06.2006 ----- 3.806

O que significa, também em um ano, *um aumento de 22,91%*.

E, porque os números têm de ser pensados, se nos lembrarmos da grave situação a que chegou o Julgado de Paz do Porto – designadamente, uma Juíza de Paz esteve cerca de um ano ausente por doença – de que o Julgado de Paz ainda não pôde recuperar, o aumento decisório global no último ano acaba por ser muito significativo e positivo da rentabilidade dos Julgados de Paz.

Por outro lado e tirando casos excepcionais, ou de imensa entrada de processos (o que é bom sinal: Gaia e Porto) e de certas dificuldades anómalas inclusive quanto à permanência de Juizes de Paz (Porto), a duração média de tempo de pendência de processos continua dentro ou na ordem de 60 dias, o que é excelente. Assim:



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz	Dias
Aguiar da Beira	26
Cantanhede	74
Coimbra	34
Lisboa	55
Miranda do Corvo	35
Oliveira do Bairro	30
Porto	97
Santa Marta de Penaguião	40
Seixal	51
Sintra	32
Tarouca	50
Terras de Bouro	36
Trofa	40
Vila Nova de Gaia	70
Vila Nova de Poiares	44

Aliás, 2 ou 3 meses de permanência de processos em Tribunal é um resultado magnífico. Note-se que o Juiz de Paz de Cantanhede tem sido um dos que têm colaborado na recuperação do Julgado de Paz do Porto.

No que concerne a recursos interpostos e sem deixar de se considerar que, apesar de moderadamente, os Julgados de Paz foram aumentando e, principalmente, o serviço, globalmente, considerado, tem aumentado significativamente, veja-se que, o geral agrado dos cidadãos utentes também se traduz pelo escasso número de recursos interpostos:

Número total de recursos em 2002 -----	4
Número total de recursos em 2003 -----	8
Número total de recursos em 2004 -----	21
Número total de recursos em 2005, até 30/06 -----	18
Número total de recursos em 2006, até 30/06 -----	44



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Concretizamos dados estatísticos por Julgado de Paz porque, se nem tudo é estatística (*a Justiça não se quantifica, qualifica-se*), a estatística pode e deve ser um elemento ponderável. Assim:

Estatística global em 30.06.2002

Julgado de Paz de Lisboa

Data de instalação: 21 – 01 – 2002

Processos Distribuídos: 69

Recursos: 2

Duração média: 38 dias

Julgado de Paz de Oliveira do Bairro

Data de instalação: 22 – 01 – 2002

Processos Distribuídos: 25

Recursos: 0

Duração média: 30 dias

Julgado de Paz do Seixal

Data de instalação: 01 – 02 – 2002

Processos Distribuídos: 44

Recursos: 0

Duração média: 35 dias

Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

Data de instalação: 27 – 02 – 2002

Processos Distribuídos: 40

Recursos: 2

Duração média: 30 dias

Estatística global em 30.06.2003

Julgado de Paz de Lisboa

Data de instalação: 21 – 01 – 2002

Processos Distribuídos: 182

Recursos: 4

Duração média: 42 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Oliveira do Bairro

Data de instalação: 22 – 01 – 2002

Processos Distribuídos: 110

Recursos: 0

Duração média: 24 dias

Julgado de Paz do Seixal

Data de instalação: 01 – 02 – 2002

Processos Distribuídos: 125

Recursos: 0

Duração média: 30 dias

Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

Data de instalação: 27 – 02 – 2002

Processos Distribuídos no mês: 149

Recursos: 5

Duração média: 30 dias

Estatística global em 30.06.2004

Julgado de Paz de Lisboa

Data de instalação: 21 – 01 – 2002

Processos Distribuídos: 525

Recursos: 9

Duração média: 47 dias

Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada¹⁹

Data de instalação: 22 – 01 – 2002

Processos Distribuídos: 214

Recursos: 1

Duração média: 36 dias

Julgado de Paz do Seixal

Data de instalação: 01 – 02 – 2002

Processos Distribuídos: 372

Recursos: 3

Duração média: 46 dias

¹⁹ - O Agrupamento foi criado pelo DL 140/2003, de 02.07; ainda hoje aguardando Protocolo que, logicamente, seria prévio.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

Data de instalação: 27 – 02 – 2002

Processos Distribuídos: 675

Recursos: 6

Duração média: 40 dias

Julgado de Paz de Miranda do Corvo

Data de instalação: 01 – 03 – 2004

Processos Distribuídos: 13

Recursos: 0

Duração média: 38 dias

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real

Data de instalação: 22 – 03 – 2004

Processos Distribuídos: 24

Recursos: 0

Duração média: 17 dias

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende

Data de instalação: 08 – 03 – 2004

Processos Distribuídos: 18

Recursos: 0

Duração média: 34 dias

Julgado de Paz de Terras de Bouro

Data de instalação: 01 – 03 – 2004

Processos Distribuídos: 28

Recursos: 0

Duração média: 29 dias

Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares

Data de instalação: 01 – 03 – 2004

Processos Distribuídos: 10

Recursos: 0

Duração média: 25 dias

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho

Data de instalação: 05 – 04 – 2004

Processos Distribuídos: 49

Recursos: 0

Duração média: 31



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz do Porto

Data de instalação: 15 – 04 – 2004

Processos Distribuídos: 70

Recursos: 0

Duração média: 23

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira e Trancoso

Data de instalação: 17 – 05 – 2004

Processos Distribuídos: 2

Recursos: 0

Duração média: -----

Estatística Global em 30.06.2005

Julgado de Paz de Lisboa

Data de instalação: 21 – 01 – 2002

Processos Distribuídos: 983

Recursos: 15

Duração média: 59 dias

Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada

Data de instalação: 22 – 01 – 2002

Processos Distribuídos: 315

Recursos: 2

Duração média: 31 dias

Julgado de Paz do Seixal

Data de instalação: 01 – 02 – 2002

Processos Distribuídos: 705

Recursos: 6

Duração média: 51 dias

Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

Data de instalação: 27 – 02 – 2002

Processos Distribuídos: 1566

Recursos: 11

Duração média: 50 dias

Julgado de Paz de Miranda do Corvo

Data de instalação: 01 – 03 – 2004

Processos Distribuídos: 68

Recursos: 1

Duração média: 38 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real

Data de instalação: 22 – 03 – 2004

Processos Distribuídos: 172

Recursos: 6

Duração média: 50 dias

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende

Data de instalação: 08 – 03 – 2004

Processos Distribuídos: 130

Recursos: 2

Duração média: 21 dias

Julgado de Paz de Terras de Bouro

Data de instalação: 01 – 03 – 2004

Processos Distribuídos: 100

Recursos: 0

Duração média: 26 dias

Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares

Data de instalação: 01 – 03 – 2004

Processos Distribuídos: 23

Recursos: 0

Duração média: 43 dias

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho

Data de instalação: 05 – 04 – 2004

Processos Distribuídos: 296

Recursos: 2

Duração média: 55 dias

Julgado de Paz do Porto

Data de instalação: 15 – 04 – 2004

Processos Distribuídos: 873

Recursos: 6

Duração média: 57 dias

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira e Trancoso

Data de instalação: 17 – 05 – 2004

Processos Distribuídos: 38

Recursos: 1

Duração média: 42 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Estatística global em 30.06.2006

Julgado de Paz de Lisboa

Data de instalação: 21 – 01 – 2002

Processos Distribuídos: 1691

Recursos: 27

Duração média: 55 dias

Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada

Data de instalação: 22 – 01 – 2002

Processos Distribuídos: 442

Recursos: 3

Duração média: 30 dias

Julgado de Paz do Seixal

Data de instalação: 01 – 02 – 2002

Processos Distribuídos: 1082

Recursos: 9

Duração média: 51 dias

Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

Data de instalação: 27 – 02 – 2002

Processos Distribuídos: 2647

Recursos: 18

Duração média: 70 dias

Julgado de Paz de Miranda do Corvo

Data de instalação: 01 – 03 – 2004

Processos Distribuídos: 136

Recursos: 1

Duração média: 35 dias

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real

Data de instalação: 22 – 03 – 2004

Processos Distribuídos: 343

Recursos: 9

Duração média: 40 dias

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende

Data de instalação: 08 – 03 – 2004

Processos Distribuídos: 219

Recursos: 5

Duração média: 50 dias



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Terras de Bouro

Data de instalação: 01 – 03 – 2004

Processos Distribuídos: 138

Recursos: 0

Duração média: 36 dias

Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares

Data de instalação: 01 – 03 – 2004

Processos Distribuídos: 39

Recursos: 0

Duração média: 44 dias

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho

Data de instalação: 05 – 04 – 2004

Processos Distribuídos: 586

Recursos: 2

Duração média: 74 dias

Julgado de Paz do Porto

Data de instalação: 15 – 04 – 2004

Processos Distribuídos: 1.973

Recursos: 21

Duração média: 97 dias

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira e Trancoso

Data de instalação: 17 – 05 – 2004

Processos Distribuídos: 78

Recursos: 1

Duração média: 26 dias

Julgado de Paz de Trofa ⁽²⁰⁾

Data de instalação: 07 – 03 – 2006

Processos Distribuídos: 16

Recursos: 0

Duração média: 40 dias

Julgado de Paz de Sintra ⁽²¹⁾

Data de instalação: 15 – 03 - 2006

Processos Distribuídos: 141

Recursos: 1

Duração média: 32 dias

²⁰ - Criado pelo DL n.º 225/2005, de 28.12, publicado no D.R. (1ª série-A) n.º 248

²¹ - Criado pelo DL n.º 225/2005, de 28.12, publicado no D.R. (1ª série-A) n.º 248



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Coimbra ⁽²²⁾

Data de instalação: 28 – 03 - 2006

Processos Distribuídos: 57

Recursos: 0

Duração média: 34 dias

Pendências transitadas em cada ano civil, evidenciando a patente eficiência dos Julgados de Paz:

Julgado de Paz de Lisboa	Processos distribuídos	Processos transitados
Ano de 2002	119	24
Ano de 2003	181	38
Ano de 2004	449	93
Ano de 2005	552	124

Julgado de Paz do Seixal	Processos distribuídos	Processos transitados
Ano de 2002	87	10
Ano de 2003	152	35
Ano de 2004	281	40
Ano de 2005	336	43

Julgado de Paz de Oliveira do Bairro	Processos distribuídos	Processos transitados
Ano de 2002	55	6
Ano de 2003	107	9
Ano de 2004	99	12
Ano de 2005	98	7

Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia	Processos distribuídos	Processos transitados
Ano de 2002	76	6
Ano de 2003	257	80
Ano de 2004	806	219
Ano de 2005	945	338

Julgado de Paz de Terras de Bouro	Processos distribuídos	Processos transitados
Ano de 2004	66	6
Ano de 2005	50	3

Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares	Processos distribuídos	Processos transitados
Ano de 2004	16	1
Ano de 2005	17	1

²² - Criado pelo DL n.º 225/2005, de 28.12, publicado no D.R. (1ª série-A) n.º 248



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgado de Paz de Miranda do Corvo	Processos distribuídos	Processos transitados
Ano de 2004	37	6
Ano de 2005	68	11

Julgado de Paz de Agrup. Concelhos de Tarouca	Processos distribuídos	Processos transitados
Ano de 2004	70	15
Ano de 2005	98	14

Julgado de Paz de Agrup. Concelhos S. Marta Penaguião	Processos distribuídos	Processos transitados
Ano de 2004	90	19
Ano de 2005	162	20

Julgado de Paz de Agrup. Concelhos de Cantanhede	Processos distribuídos	Processos transitados
Ano de 2004	175	64
Ano de 2005	254	70

Julgado de Paz do Porto	Processos distribuídos	Processos transitados
Ano de 2004	423	141
Ano de 2005	915	373

Julgado de Paz de Agrup. Concelhos A. da Beira	Processos distribuídos	Processos transitados
Ano de 2004	21	0
Ano de 2005	45	2

Julgado de Paz de Trofa	Processos distribuídos	Processos transitados
Ano de 2005	Instalado em 2006	

Julgado de Paz de Sintra	Processos distribuídos	Processos transitados
Ano de 2005	Instalado em 2006	

Julgado de Paz de Coimbra	Processos distribuídos	Processos transitados
Ano de 2005	Instalado em 2006	

Façamos, agora, na medida do possível, uma referência a alguns pontos mais significativos de cada Julgado de Paz, por ordem de instalação.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

1º Étape – 2002

1) Julgado de Paz de Lisboa

Continua a ser um Julgado de Paz a funcionar bem e com resultados seguros.

Porém, para cumprir o *princípio da Proximidade*, é indispensável o seu desdobramento em mais uma ou duas sessões autónomas, com meios humanos e materiais adequados.

É um Julgado de Paz emblemático que, de 3 freguesias, passou a abranger as 53 da cidade de Lisboa. Mas, para que não continue a ser o Julgado de Paz “das 3 primeiras freguesias”, à roda de Telheiras, *tem de ser o Julgado de Paz a expandir-se, a ir à procura das pessoas*, para que os cidadãos do Beato, ou de Alcântara ou da Madragoa, etc., etc., não estejam de facto, à margem de um Julgado de Paz que lhes deve ser tão útil quanto é aos cidadãos de Telheiras ou Lumiar ou do Campo Grande.

É indispensável e urgente que, coerentemente, o Julgado de Paz abranja, de facto, a Capital do País. *A sua rentabilidade é boa para a procura real, mas devia ser muito maior para a procura adequada.* Os seus resultados, sendo bons facticamente, deveriam ser muito melhores para o conjunto dos cidadãos de Lisboa.

É indispensável e fácil aproveitar um espaço que foi proporcionado ao Julgado de Paz e está por rentabilizar. É urgente que a D.G.A.E. e a Câmara Municipal de Lisboa se harmonizem neste aproveitamento.

Elementos fornecidos pelo Julgado de Paz, com referência a 30.06.2006.

“Em resposta ao solicitado, cumpre-nos prestar as seguintes informações relativas ao Julgado de Paz de Lisboa e com referência a 30 de Junho de 2006:

1. Número de processos entrados, neste Julgado de Paz, desde a data da instalação – 1691;
2. Número de recursos interpostos desde a instalação. Número de recursos providos – 27 recursos interpostos, com conhecimento de 15 decisões



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

proferidas. Sendo o n.º de recursos providos 6, dos quais 4 foram, apenas, parcialmente, procedentes;

3. Duração média de pendência de processos é de 55 dias.

A Razão dessa duração média, prende-se, essencialmente, com dificuldades na citação, verificando-se que a resposta das entidades oficiais demora, em média 30 dias a ser fornecida. Também a citação por técnicos do Julgado de Paz apresenta demora por ser difícil compatibilizar a deslocação dos técnicos com o volume de trabalho a desenvolver, incluindo atendimento, nas instalações do Julgado;

A. Número de processos entrados em 2005 – 552 processos;

B. Número de processos transitados para 2006 – 124.

Razão deste número – durante o mês de Dezembro de 2005 deram entrada 46 processos, 16 dos quais na segunda quinzena. A maioria dos demais processos aguardava citação”.

Entretanto, em subsequente relatório, o Julgado de Paz de Lisboa alertou para o seguinte, que merece a recomendação deste Conselho:

“ ... importa referir que temos tido conhecimento que a Pequena Instância Cível, em vários processos ali distribuídos tem tomado decisões no sentido de se declarar absolutamente incompetente para julgar acções que se enquadram na competência material dos Julgados de Paz. O que evidencia que o número de processos entrados neste julgado tende a aumentar exponencialmente.

Assim, consideramos urgente a tomada de medidas que permitam o crescimento sustentado deste Julgado de Paz, designadamente, as seguintes:

- 1) Aproveitamento do espaço disponível deste Julgado com a criação de mais uma sala de Julgamento;
- 2) Aumento do número de técnicos deste Julgado;
- 3) Criação, a curto prazo, de mais uma nova secção.”

E

“Considerando que:



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

- 1) O número de processos entrados até 28 de Junho de 2006 (379) cresceu aproximadamente 62% relativamente ao período homólogo do ano transacto (234);
 - 2) Aumentou exponencialmente a intervenção de advogados, o volume de requerimentos avulsos nos processos e o volume de notificações e, consequentemente, o trabalho da secretaria e dos juizes de paz;
 - 3) Não ocorreu diminuição do número de atendimentos presenciais;
 - 4) O espaço disponível não permite já uma correcta arrumação dos processos e separação por fases processuais, dificultando a sua localização e originando perdas de tempo;
 - 5) O crescimento do número de processos e das intervenções que exigem torna necessária a realização, pelos juizes de paz, de maior número de julgamentos e de mais “trabalho de gabinete” o que implica, entre mais, a adaptação do espaço às necessidades de trabalho;
 - 6) A falta de meios humanos e de espaço compromete o funcionamento do Julgado de Paz, afectando, designadamente, a celeridade processual;
- torna-se indispensável e urgente adoptar medidas que sustentem o crescimento do Julgado de Paz e, concretamente:
- . a contratação de mais um técnico;
 - . a criação de outra secção do Julgado de Paz com técnicos próprios.
 - . a criação de mais uma sala de audiências e de mais um gabinete para os juizes, no espaço já disponibilizado.”

2) Julgado de Paz de Oliveira do Bairro (hoje agrupamento de Concelhos de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada)

O maior problema deste Julgado de Paz continua a ser a falta de um Protocolo que, efectivamente, *realize* o agrupamento, trazendo os Municípios de Águeda, Anadia e Mealhada ao conjunto determinado por Decreto-Lei ⁽²³⁾, ao arrepio da ordem normal destas tramitações.

²³ - DL n.º 140/2003, de 02.07



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Recentemente, em 29 de Maio de 2006, foi celebrado um Protocolo complementar do anterior com o Município de Oliveira do Bairro, mas ainda sem juntar os outros 3 Municípios ditos agrupamentos. Tratou-se de pormenores, como de funcionários (necessários) e o de horário. Mas, subsiste o DL n.º 140/2003, de 02.07, que alterou o DL n.º 329/2001, de 20.12.

Está, apenas, com uma Juíza de Paz e o quadro é de 2 Juizes de Paz.

Acresce que, por razões de geografia e de excesso de serviço nos Julgados de Paz do Porto e Vila Nova de Gaia, a actual Juíza de Paz de Oliveira do Bairro terá de acumular com o Julgado de Paz de Santa Maria da Feira quando este for inaugurado. *É um caso grave que evidencia a necessidade e urgência de concurso/curso para Juizes de Paz porque existem zero candidatos nomeáveis.*

Voltando aos Municípios de Águeda, Anadia e Mealhada, espera-se que venham a dispor de Delegações, porque a experiência demonstra que *os simples Postos de Atendimento são praticamente inúteis.*

Elementos fornecidos pelo Julgado de Paz, com referência a 30.06.2006:

“Na sequência da recepção do Ofício acima identificado, serve o presente para, com referência a 30 de Junho de 2006, informar V.Ex.^a do seguinte:

1- Número de processos entrados, neste Julgado de Paz, desde a data da sua instalação: 442;

2- Número de recursos interpostos, desde a data de instalação do Julgado de Paz: 3.

Número de recursos providos: 0;

3- Duração média de pendência de processos: 30 dias;

Razão dessa duração: duração média mínima conseguida, apesar dos nossos esforços;

a) Número de processos entrados, neste Julgado de Paz, em 2005: 98

b) Número de processos transitados para 2006: 7

Razão deste número: 2 processos porque não se conseguiu citar o(a) demandado(a), tendo sido necessário oficiar às entidades previstas no artigo 244º do C.P.C., aguardar a resposta destas e, posteriormente, proceder à



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

nomeação de defensor oficioso e 5 processos porque deram entrada no Julgado de Paz em Dezembro de 2005.”

3) Julgado de Paz de Seixal

É um dos Julgados de Paz mais seguros, na sua formação, na sua organização, na imagem e na rentabilidade.

E, isto, apesar de as instalações serem deficientes. Mas estão bem localizadas e são autónomas. *Porém, neste exacto momento, gerou-se dúvida sobre segurança, o que deverá ser averiguado.*

Neste, como aliás em todos os Julgados de Paz, deveria existir um terminal de Multibanco e adequada biblioteca. Qualquer Tribunal não pode funcionar sem adequada bibliografia. As Juízas têm de suprir as carências.

Elementos fornecidos pelo Julgado de Paz, com referência a 30.06.2006:

“Venho pela presente e em cumprimento do solicitado no ofício de V.Ex.^a em epígrafe, enviar os elementos estatísticos com referência a 30 de Junho de 2006. Assim:

1. Número de processos entrados no Julgado de Paz do Seixal, desde a instalação: 1082;
2. Número de recursos interpostos, desde a instalação: 9 e número de recursos providos 1 (Proc. 328/05 – provido pela Juíza de Paz titular). Quanto aos restantes, sabendo embora que nenhum foi provido no Tribunal de Família e Menores e de Comarca do Seixal e que sobre eles foi já proferida decisão há mais de um ano, não obstante as diligências feitas junto dos Srs. Juízes daquele tribunal ainda nenhum processo baixou ao Julgado de Paz. Segundo informação recolhida, aquele tribunal tem cerca de 5.000 processos pendentes da elaboração de conta;
3. Duração média de pendência dos processos: 51 dias.

Razão dessa duração média: Maioritariamente, os casos de atrasos na tramitação prendem-se com as dificuldades de citação dos Demandados porque não procedem ao levantamento das cartas de citação ou porque não



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

residem na morada indicada. Não obstante as diligências sempre encetadas para agilizar a tramitação, sempre têm de se oficial às entidades constantes do art.º 244 do C.P.C., o que consome, pelo menos 1 mês.

Há ainda situações, esporádicas, de pedido de suspensão da instância (que, atentos os princípios do J.P., não excedem os 30 dias) e de processos de Mediação com várias sessões, cujo agendamento tem em consideração a disponibilidade das partes.

a) Número de processos entrados em 2005: 336

b) Número de processos transitados para 2006: 43 processos.

Razão deste número: As razões são as que mencionámos em 3., no que respeita a cerca de 18 processos, sendo certo que os restantes 25 processos que transitam para o ano de 2006 deram entrada já no mês de Dezembro e estavam a seguir a sua normal tramitação.

Caso o C.A. nisso seja alguma utilidade, fornecemos informação adicional sobre as vicissitudes da tramitação de cada um dos 43 processos, não o fazendo já por considerarmos que não é essa informação que se pretende.

Adicionalmente, acrescento que, em regra, logo que os processos estão em condições de ir a julgamento, as audiências são agendadas dentro dos 10 dias subsequentes, nos termos do disposto na LJP.”

4) Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

É um êxito notabilíssimo.

O Julgado de Paz está situado numa zona periférica do Concelho, com meios de transporte reduzidos.

Não obstante isso, o número de processos entrados já passou os 2 milhares e 600 mil. E, isto, com uma pendência, apenas na ordem das 3 centenas!

Claro que as instalações já não comportam tamanho movimento.

E há falhas constantes, inaceitáveis, como a de tóner para faxes e fotocópias!



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

É urgente a ampliação de instalações, a revisão do quadro de pessoal, a disponibilidade de um 3º Juiz de Paz.

Há que acarinhar o que funciona bem e não deixar perder ritmo.

Elementos fornecidos pelo Julgado de Paz com referência a 30.06.2006:

“1. Número de processos entrados, neste julgado de Paz desde a data da instalação: 2647;

2. Número de recursos interpostos desde a instalação: 18 (3 dos quais desertos).

Número de recursos providos: 4 (dos restantes 12, um não teve provimento e os demais aguardam decisão do Tribunal Judicial);

3. Duração média de pendência de processos: 70 dias.

Razão dessa duração média: dificuldade de citação, dificuldades de agenda para marcação de Audiências de Julgamento e conveniência das partes na marcação das diligências.

a) Número de processos entrados em 2005: 945 processos;

b) Número de processos transitados para 2006: 338 [uns pelos mesmos motivos referidos em 3; outros (110) porque só deram entrada em Dezembro de 2005].”

2º Étape – 2004

1. Julgado de Paz de Miranda do Corvo

É um Julgado de Paz com virtualidades.

Não tem grande movimento, mas dispõe de condições que, se forem aproveitadas, são positivas e podem dar uma boa imagem.

A Juíza de Paz é dinâmica e procura fazer uma justa e objectiva divulgação.

As instalações são autónomas e funcionais.

Em todo o caso, torna-se necessário aproveitar a boa imagem e rentabilizar a situação, agregando outros Concelhos (Lousã? Penela? Condeixa?). Mas repete-se nota da experiência: com *Delegações não Postos de Atendimento* que são praticamente, inúteis.

Elementos fornecidos pelo Julgado de Paz, com referência a 30.06.2006:



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

“1- Número de processos entrados, desde 1 de Março de 2004 até 23 de Junho de 2006 – 136;

2- Número de recursos interpostos desde 1 de Março de 2004 até 23 de Junho de 2006 – 1 (julgado deserto);

3- Duração média dos processos – 35 dias, porquanto alguns processos houve dificuldade em citar as partes, outros suspensos com vista às partes chegarem à acordo.

a) Número de processos entrados em 2005 – 68;

b) Número de processos transitados para 2006 – 11: 7 dos quais deram entrada na última quinzena de Dezembro, os restantes 5 porque se encontravam 3 em fase de Audiência de Julgamento, e 2 em fase de Pré-Mediação.”

2. Julgado de Paz sediado em Santa Marta de Penaguião

A experiência demonstra que este Julgado de Paz, em todo o caso com alguma rentabilidade, embora relativa, está dimensionado excessivamente e principalmente, com *distâncias agravadas por dificuldades de trânsito e de meios de locomoção*, e que o interesse da Juíza de Paz se tem procurado contrapor.

Relembramos, ainda, que foram atribuídos, aos Municípios agrupados, *simples Postos de Atendimento* (com abertura muito reduzida), normalmente confundíveis com os Municípios, e não permitindo o princípio da Proximidade que deve ser realizado através da possibilidade de deslocação da Juíza de Paz a Delegações. Por um lado, o agrupamento é excessivo (além de Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Vila Real); por outro lado, não há rentabilização nem divulgação adequadas, nem facilidade de deslocação, que permitam aos cidadãos conhecerem o *seu* Julgado de Paz. Não se trata de “eliminar” – o que violaria o sentido do art.º 66º da Lei n.º 78/2001, de 13.07 – mas há que repensar, realisticamente, a estruturação de Julgado (s) de Paz nesta zona.

Elementos fornecidos pelo Julgado de Paz, relativamente a 30.06.2006:

“1. Elementos estatísticos (data de referência: 30 de Junho de 2006):

- Número de processos distribuídos: 343 processos;



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

2. Recursos (data de referência: 30 de Junho de 2006):

- Número de recursos interpostos: 9;
- Número de recursos providos: 3;

3. Duração média:

- Duração média dos processos: 40 dias;
- Razão dessa duração média: Decurso normal dos processos;

a) Número de processos entrados em 2005: 162 processos;

b) Número de processos transitados para 2006: 20 processos;

Motivo:

À excepção do processo 123/2005-JP (por citações para o estrangeiro e citações frustradas), todos os outros processos transitaram para o ano de 2006 porque deram entrada em Dezembro de 2005.”

3. Julgado de Paz sediado em Tarouca

É uma situação semelhante a Santa Marta de Penaguião mas, como já no relatório do ano passado se disse, *ainda mais carente de atenção*. À dispersão geográfica, à falta de divulgação, à falta de Delegações e instalações próprias, em vez de Posto de Atendimento, com escassa abertura e confusão com serviços municipais, junta-se alguma relutância de situações de advocacia, a nosso ver fruto de falta de diálogo e de esclarecimento. Aliás, é um caso evidente em que se justifica o repensamento da estrutura do agrupamento.

A situação é de tal ordem inadequada na sua estruturação que, tratando-se de um agrupamento com 6 concelhos (o dobro do que seria razoável), as condições levam a que a procura seja escassa, o que está a permitir que seja a Sr.^a Juíza de Paz deste agrupamento quem, agora, está a prestar ajuda ao despacho no carente Julgado de Paz do Porto.

Há que olhar esta situação com muita atenção, não para eliminar, mas para transformar este Julgado de Paz com meios humanos e materiais adequados, Delegações, funcionalidade, esclarecimento, enfim, verdadeira Justiça de Proximidade.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Elementos fornecidos pelo Julgado de Paz, com referência a 30.06.2006:

“1. Número de processos entrados desde 8 de Março de 2004, data da instalação: 219;

2. Número de recursos interpostos desde a instalação: 5;

Número de recursos providos. 2;

3. Duração média dos processos 50 dias;

a) Processos entrados em 2005: 98;

b) Processos transitados para 2006: 14.”

4. Julgado de Paz de Terras de Bouro

Tem escassa movimentação.

Não melhoraram as situações problemáticas apontadas no relatório do ano passado.

Urge maior divulgação, se é que tem havido alguma.

Há que fazer um agrupamento de concelhos funcional (Vieira do Minho? Amares? Vila Verde?).

A Juíza de Paz de Terras de Bouro está a acumular com Trofa.

Elementos fornecidos pelo Julgado de Paz, relativamente a 30.06.2006:

“1. Número de processos entrados desde a data de instalação: 138;

2. Número de recursos interpostos: 0;

3. Duração média dos processos: 36 dias;

a) Número de processos transitados para 2006: 3;

Razão deste número: dois deles entraram em 16.12.2005, o outro em 12.10.2005, tendo terminado por decisão do Juiz em 19.01.2006 - ultrapassou os 60 dias devido ao requerimento de apoio judiciário apresentado pelo Demandado.”

5. Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares

É um dos casos mais preocupantes mas, cujo princípio *sine qua non* de solução é evidente. Há que autonomizar o Julgado de Paz das instalações da Câmara Municipal, para que pareça, aos cidadãos, o que é: não um departamento



municipal, mas sim um *Tribunal do Estado*, embora instalado com a colaboração autárquica.

A imagem do Julgado de Paz não convence o comum dos cidadãos, como que lhe parecendo que vão tratar de assunto municipal e não de um problema de Justiça afecto a um Tribunal.

Não se diga que se trata de não haver concordância da advocacia. Coimbra, a dois passos, perante o mesmo Conselho Distrital – e fora do centro urbano – tem um Julgado de Paz muito recente (o mais recente do País) que está a evidenciar que poderá vir a ser um Julgado de Paz procurado e eficiente.

Nisto, como em tudo, há que *ser e parecer*.

A Sr.^a Juíza de Paz de Miranda do Corvo está a acumular com Vila Nova de Poiares, com entusiasmo, mas este Julgado de Paz necessita de reestruturação completa.

Elementos fornecidos pelo Julgado de Paz, relativamente a 30.06.2006:

“1. Número de Processos entrados até 30 de Junho de 2006 – 39;

2. Número de recursos interpostos – 0;

Número de recursos providos – 0;

3. Duração média dos processos – 44 dias;

a) Número de processos entrados em 2005 – 17;

b) Número de processos transitados para 2006 – 1;

Razão deste número – (Data de entrada – 2005-12-30).”

6. Julgado de Paz sediado em Cantanhede

Este Julgado de Paz é a demonstração de um agrupamento de concelhos com boa solução, quando ponderadas as possibilidades efectivas de aproximação, os meios de transporte, as harmonizações pessoais, a dedicação de quem trabalha no Julgado de Paz.

É um dos mais assinaláveis êxitos, a servir de exemplo, a vários níveis.

Tem um significativo número de processos já entrados, na ordem das 6 centenas, com uma cadência muito regular.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Este agrupamento integra os Concelhos de Cantanhede, Montemor-o-Velho e Mira, com *Delegações e não meros Postos de Atendimento*.

É fácil ver as diferenças estruturais entre os mais eficientes e os menos eficientes Julgados de Paz, para além dos problemas comuns da necessidade de divulgação e diálogo e de visitas inspectivas e informativas.

Elementos fornecidos pelo Julgado de Paz relativamente a 30.06.2006:

“1 - O Julgado de Paz – Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho iniciou o seu funcionamento a 05-04-2004.

2 – Estes elementos estatísticos referem-se a 30-06-2006

2.1 Total de processos entrados desde a instalação – 586;

2.2 Total de recursos interpostos desde a instalação – 2;

2.3. Total de recursos providos desde a instalação – 0;

Nota: Num dos recursos o Tribunal Judicial manteve a decisão do Julgado de Paz.

No outro ainda não foi proferida decisão pelo Tribunal Judicial não obstante para aí ter sido remetido em 14-09-2005.

3.Duração média de pendência de processos – 74 dias.

Tem sido feito um esforço para a média de duração dos processos não ir além dos 60 dias, o que se conseguiu até Janeiro de 2006. Porém devido a muitos pedidos de suspensão das partes, a dificuldades de citação, a ausências no estrangeiro, por entrega de documentos e necessidades de ouvir terceiros em direitos reais por um lado e por outro a alguma insuficiência por existir apenas um juiz de paz, bem como apenas dois funcionários em Cantanhede e à subida gradual de processos entrados, esta média deixou de ser conseguida em Fevereiro deste ano e terá tendência para subir.

3.1. Número de processos entrados em 2005 – 254;

3.2. Número de processos transitados para 2006 – 70

Este número está próximo da média de duração dos processos e é desejável que seja ligeiramente mais baixo, mas pelos motivos referidos acima no ponto três, tal número tem vindo a manter-se não obstante o



esforço para o diminuir e o aumento das entradas de processos, no corrente ano.”

7. *Julgado de Paz do Porto*

Dir-se-á que é um Julgado de Paz de grande movimento e é.

Geralmente, não tem tanto serviço como Vila Nova de Gaia, mas é dos mais procurados Julgados de Paz do País.

Não podemos deixar de assinalar que este Julgado de Paz tem dado imensos problemas a este Conselho ao nível do ambiente, da gestão, da imagem, do cumprimento de certas regras.

Esteve durante um ano só com um Juiz de Paz, o que concorreu muito para a situação difícil a que chegou.

Neste momento, parece, finalmente, em recuperação algo sustentada.

Está, ultimamente, com a ajuda, em despacho de processos, da Sr.^a Juíza de Paz de Tarouca, Dr.^a Paula Cristina Mora Moraes; e a colaboração, como emissário deste Conselho, do Sr. Juiz de Paz de Cantanhede, Dr. António Carreiro.

Há um caso excepcional, de cariz reservado, que aguarda deliberação deste Conselho, neste momento.

Elementos fornecidos pelo Julgado de Paz, relativamente a 30.06.2006:

“1. Desde a data da instalação até 30/06/06 deram entrada 1.973 processos no Julgado de Paz do Porto.

2. Foram interpostos 21 recursos. Não obstante haver 9 casos em que se aguarda o envio de decisão final, nas que se conhece houve apenas 1 provimento total e 2 parciais.

3. Desde a abertura, o tempo global médio de conclusão de um processo é de cerca de 97 dias, o que deve ao facto de, com um número cada vez maior de processos entrados, o Julgado ter estado só com um Juiz durante mais de um ano que, ainda assim, logrou que nesse período se tivessem concluído cerca de 67% dos processos distribuídos. Em 2005 entraram 915 processos, tendo



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

transitado 373 para 2006, dos quais 254 e 128 nas fases inicial e de julgamento respectivamente, o que se prende com a mesma razão tendo em conta que só a partir de Setembro de 2005 se verificou um reforço a nível de Juizes para fazer face às pendências.”

8. Julgado de Paz sediado em Aguiar da Beira

Continua a ser uma fonte de preocupação, face à pouca rentabilidade.

Curiosamente, o que vem reportado da sede do Julgado de Paz referencia melhores condições na *Delegação* de Trancoso, do que na sede em Aguiar da Beira.

Como quer que seja, este caso exige intervenção rápida estrutural, porventura alargando o agrupamento (Sernancelhe? Sátão?) e dando mais condições de visibilidade, de divulgação e de diálogo ao Julgado de Paz.

Elementos fornecidos pelo Julgado de Paz, relativamente a 30.06.2006:

“1. O Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Aguiar da Beira e Trancoso teve o seu início em 17 de Maio de 2004.

2. Elementos Estatísticos:

- Os processos distribuídos foram – 78;
- Os processos findos foram – 76;
- Os processos entrados em 2005 foram – 45;
- Os processos findos em sede de medição foram – 31;
- Os processos pendentes – 3;
- Os recursos interpostos foram – 1;
- Duração média dos processos – 26 dias.

3. Pontos fortes do Julgado de Paz

Tratando-se de um Agrupamento do Concelhos há que distinguir entre a sede e a Delegação.

Assim, na Delegação, o ponto mais forte é relação privilegiada com a Autarquia.

Podemos contar com um bom trabalho de equipa (temos uma Técnica de Atendimento e dois Técnicos Administrativos) com qualidade técnica e humana.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

4. Pontos fracos do Julgado

Ao contrário da Delegação, na Sede deste Julgado só podemos contar com uma Técnica Administrativa.

Desde finais de Fevereiro último que estamos sem Técnico de Atendimento.”

E passamos à **3ª Étape**, Julgados de Paz instalados em 2006, portanto, muito jovens.

1. Julgado de Paz de Trofa

Vem de Março de 2006. A Juíza de Paz é a de Terras de Bouro.

Revela escassa procura.

Precisa que não se deixe cair no marasmo e que atinja níveis naturais naquela zona.

Parece semelhante, para já, a Terras de Bouro, mas Terras de Bouro não é, propriamente, um ponto de referência adequado.

Elementos fornecidos pelo Julgado de Paz, relativamente a 30.06.2006:

- “1. Número de processos entrados desde a data de instalação: 16;
- 2. Número de recursos interpostos: 0;
- 3. Duração média dos processos: 40 dias.”

2. Julgado de Paz de Sintra

Evidencia-se, desde já, como um êxito assinalável.

O dinamismo de que há mostras está a cativar as populações e os serviços com os quais, naturalmente, convive.

“Elementos estatísticos (data de referência: 30 de Junho de 2006):

- Número de processos entrados: 141;
- Número de processos findos: 79;
- Número de processos findos em sede de mediação: 43;
- Percentagem de processos findos em sede de mediação: 54,43%;



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

- Número de recursos interpostos desde a instalação: 1;
- Número de recursos providos desde a instalação: 0;
- Número de processos pendentes: 62;
- Duração média dos processos: 32 dias.

3. Julgado de Paz de Coimbra

É o mais jovem dos Julgados de Paz

Conforme já se assinalou, tem o “contra” de se situar fora da zona urbana propriamente dita, mas o Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia está na periferia do respectivo concelho e é um significativo êxito.

O que se pode dizer sobre Coimbra é que caminha com segurança e perspectiva-se com êxito seguro. Os próximos tempos melhor dirão.

Elementos fornecidos pelo Julgado de Paz, relativamente a 30.06.2006:

- “1. Número de processos entrados desde a data da instalação (29.03.2006): 57;
2. Número de recursos interpostos desde a instalação: 0;
3. Duração média de pendência de processos: 34 dias;
4. Razão dessa duração média: nos dois processos que ultrapassam os 60 dias, um deveu-se à marcação de três sessões de mediação (Proc. 01/2006 JPCBR); o outro deveu-se a dificuldades de citação (Proc. N.º 2/2006 JPCBR).

Relativamente aos processos de mediação extra-competência neste Julgado de Paz, informo ainda o seguinte:

1. Número de processos entrados desde a data da instalação (29.3.2006): 4;
2. Duração média de pendência de processos: 28 dias.”

Mapa sintético:



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

<u>Julgados de Paz</u>	30/06 2002				30/06 2003				30/06 2004				30/06 2005				30/06 2006			
	Data de instalação	Processos distribuídos	Recursos	Duração média	Data de instalação	Processos distribuídos	Recursos	Duração média	Data de instalação	Processos distribuídos	Recursos	Duração média	Data de instalação	Processos distribuídos	Recursos	Duração média	Data de instalação	Processos distribuídos	Recursos	Duração média
J.P. de Coimbra																	28/03	57	0	34
J.P. A. Beira									17/05	2	0	-	-	38	1	42	-	78	1	26
J.P. Cantanhede									05/04	49	0	31	-	296	2	55	-	586	2	74
J.P. Lisboa	21/01	69	2	38	-	182	4	42	-	525	9	47	-	983	15	59	-	1691	27	55
J.P. M. Corvo									01/03	13	0	38	-	68	1	38	-	136	1	35
J.P. O. Bairro	22/01	25	0	30	-	110	0	24	-	214	1	36	-	315	2	31	-	442	3	30
J.P. Porto									15/04	70	0	23	-	873	6	57	-	1973	21	97
J.P. S. M. Penaguião									22/03	24	0	17	-	172	6	50	-	343	9	40
J.P. Seixal	01/02	44	0	35	-	125	0	30	-	372	3	46	-	705	6	51	-	1082	9	51
J.P. de Sintra																	15/03	141	1	32
J.P. Tarouca									08/03	18	0	34	-	130	2	21	-	219	5	50
J.P. T. Bouro									01/03	28	0	29	-	100	0	26	-	138	0	36
J.P. Trofa																	07/03	16	0	40
J.P. V. N. Gaia	27/02	40	2	30	-	149	5	30	-	675	6	40	-	1566	11	50	-	2647	18	70
J.P. V. N. Poiares									01/03	10	0	25	-	23	0	43	-	39	0	44
TOTAL		178	4			566	9			2000	19			5269	52			9588	97	



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

CONCLUSÕES

1. A recriação dos Julgados de Paz é, *globalmente*, um êxito incontestável de boa fé e com conhecimento de causa. Mas necessita de reajustamentos em três planos:

1.a) Desde logo, a Lei n.º 78/2001, de 13.07:

Sem dúvida, uma boa lei e, ainda por cima, aprovada pela unanimidade da Assembleia da República.

Muito em síntese – tantas vezes, este Conselho se tem pronunciado sobre o assunto:

- há que alargar as competências dos Julgados de Paz, em valor e em matérias;
- há que simplificar a mediação, eliminando a autonomia formal da pré-mediação;
- há que repensar a fase das citações, proporcionando meios humanos e materiais, no sentido de que não perturbem a tramitação;
- há que redefinir a situação dos Juízes de Paz;
- há que revogar os arts. 41º e 59 n.º 3, que obrigam à remessa de processos, para os Tribunais judiciais, só porque, com ou sem razão, é suscitado um incidente ou requerida prova pericial;
- há que atribuir, ao Julgado de Paz, competência executiva das suas próprias decisões;
- há que não minorizar os Julgados de Paz, viabilizando que, enquanto não há um Julgado de Paz de 2º grau, os recursos sejam interpostos para as Relações, tal como acontece com os Tribunais Arbitrais ⁽²⁴⁾.

1.b) Quanto ao Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, cremos já ter demonstrado que uma coisa é a sua *existência* – claramente decorrente de princípios constitucionais e do carácter extrajudicial dos Julgados de Paz

²⁴ - Art.º 29º da Lei n.º 31/86, de 29.08



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

portugueses; e outras coisas são a sua composição e os seus meios de funcionamento.

Este Conselho necessita de ser repensado na sua *constituição*, no seu *funcionamento*, nos *meios* humanos e materiais, designadamente, *quadro funcional orgânico* e *serviço inspetivo*.

1.c) Finalmente, o mais importante, os Julgados de Paz

Repetimos que o pior “mal” dos Julgados de Paz é serem poucos.

Poucos não podem ter o impacto *global* que se justifica.

Mas os poucos Julgados de Paz que existem já são exemplares de como devem ser e como não devem ser.

Claro que, conforme o art.º 66º da lei n.º 78/2001, todo o País deve vir a ser dotado de Julgados de Paz.

Mas, a nosso ver, há 2 zonas fundamentais:

As de *concentração urbana* e as de *quase desertificação*. Tão diferentes mas, ambas, carentes.

Há que não esquecer o *princípio da Proximidade*.

Nas zonas urbanas devem existir Julgados de Paz, se conveniente, com *secções* (mormente *Lisboa e Porto*) que evidenciem que os Julgados de Paz não são só de um pedaço das cidades, assim aliviando os Tribunais judiciais.

Mas as zonas interiores mais desertificadas, justificam a proximidade de um Juiz de Paz tipo itinerante, como um *João Semana* ⁽²⁵⁾ *da Justiça*, que disponha de condições para procurar as necessidades e evitar pretensas justiças privadas.

Tudo isto implica *uma nova cultura e uma velha dedicação à Justiça*.

Não esqueçamos que o que está em causa é o direito fundamental à Justiça, à segurança, à qualidade de vida.

O cidadão é a causa-final dos Julgados de Paz.

²⁵ - “Justiça de Paz”, Coimbra Editora, 2005, pág. 103



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

E, a propósito, para que não haja dúvidas em nenhum espírito, este relatório não tem por objectivo distinguir Juízes de Paz. Isso, pensamos fazê-lo tão brevemente quanto possível, logo que haja um mínimo de meios adequados. Portanto se, às vezes, referimos os Juízes de Paz e, outras vezes, não, é por vir, ou não, a propósito, no que concerne a circunstâncias dos Julgados de Paz.

Em verdade, este é um relatório sobre Julgados de Paz. Não sobre Juízes de Paz.

Lisboa, 21 de Setembro de 2006



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

APENSO

PARECER

Sobre a projectada Portaria que aprovará “Regulamento de Concurso Público de Recrutamento e de Selecção de Juízes de Paz”

A escassez de tempo e de meios diferentes de acção faz-nos optar por observações sintéticas e não por explanações. Aliás, convictos de que as nossas observações serão ponderadas, cremos que a concretização singela de pontos mais importantes, sem divagações, poderá ser o método mais útil.

I. Na generalidade

I.1

Existe o DL n.º 204/98, de 11.07, sobre concurso “para os quadros da Administração Pública”.

Trata-se de diploma legal cujos princípios serão consideráveis *mas*, apenas, subsidiariamente (*ratio legis* do art.º 29º da Lei n.º 78/2001, de 13.07), posto que os Juízes de Paz não são funcionários ou agentes da Administração Pública mas, sim, magistrados titulares de órgãos de soberania (Tribunais) que são os Julgados de Paz (art.º 209º n.º 2 da C.R.P.). Aliás, mesmo no campo da Administração Pública, o DL n.º 204/98 não se aplica sequer a Directores de Serviços e Chefes de Divisão (art.º 3). Portanto, a nosso ver, o regime de acesso a Juízes de Paz é um *regime especial* (ver, aliás, n.º 3 do art.º 3 do DL n.º 204/98), embora deva ter-se em atenção, *na medida em que seja adequado*, o sistema de princípios e garantias decorrentes do DL n.º 204/98.

I. 2

Já no concreto, há que ter presente que há uma noção lata de *concurso* que abrange concurso *stricto sensu* e curso, e há uma noção restrita de concurso, que será o acesso ao curso específico de Juízes de Paz. E que, *das provas públicas do concurso stricto*

sensu, estão dispensados todos os concorrentes abrangíveis pelo art.º 24º n.º 2 da Lei n.º 78/2001, o que *não* está reflectido no Projecto ora sob análise.

Os concorrentes dispensados de provas públicas, nos termos do n.º 2 do art.º 24º da Lei n.º 78/2001, não estão dispensados de avaliação curricular (antes, esta avaliação é pressuposto), como *não* estão dispensados do que *ultrapasse provas públicas*, como seja a frequência de curso específico, avaliação psicológica ou algo semelhante.

Cremos que esta perspectiva deveria ficar clara.

I.3

É indispensável e urgente a realização de concurso/curso para Juiz de Paz.

Não só é um acto *concreto* de grande significado, como deverá viabilizar a obtenção de indispensáveis meios humanos qualificados para novos Julgados de paz e para os que já existem e que estão carenciados.

I.4

O Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, com a *adquirida experiência de cinco anos*, não pode ficar à margem do concurso/curso, tanto mais quanto é certo que lhe compete nomear e exercer acção disciplinar sobre os Juízes de Paz e, aliás, acompanhar tudo o que respeite à criação, instalação e *funcionamento* dos Julgados de Paz. Perante a Lei n.º 78/2001, carecida de actualização, é com base em aspectos dispersos que têm de ser encontrados os reflexos enquadráveis na perspectiva do n.º 3 do art.º 217º da Constituição (arts. 25º e 65º n.ºs 1 e 3 da lei n.º 78/2001). Vale dizer que, relativamente a Juízes de Paz, este Conselho exerce funções de gestão, posto que, como titulares de Tribunais não podem depender do Poder Executivo, e estes Tribunais não são Judiciais nem Administrativos/Fiscais (arts. 111º e 217º da Constituição; arts. 25º e 65º da Lei n.º 78/2001).

II. Na especialidade:

II.1 – art.º 4

No art.º 4º n.º 3, não diríamos “nos termos legalmente exigidos” porque isso parece uma excessiva vinculação a regime geral da Administração.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Aliás, a publicação em um jornal cremos que é um mínimo. Pode e deve haver publicação, *pelo menos*, em um jornal. Mas, num País em que os jornais se dividem por Norte a Sul, optaríamos por dois.

Por outro lado, um ano de validade é pouquíssimo, como a experiência decorrente do anterior concurso evidencia, com sucessivas prorrogações. Entendemos, na linha do que dissemos, que o n.º 1 do art.º 10º do DL n.º 204/98 não é vinculativo.

Diríamos 3 anos, até por sintonia com o art.º 3º b) projectado.

II. 2 – art.º 5º

Na linha dos princípios que reflectimos, no que concerne ao projectado art.º 5º, entendemos que este Conselho deveria indicar um ou dois vogais do júri, conforme tenha 2 ou 4 vogais. Não se trataria de este Conselho indicar, necessariamente, Membros de si próprio; mas, sim, de indicar pessoa ou pessoas para integrar o júri. É algo extremamente importante e significativo.

Há que ter presente que os Julgados de Paz são Tribunais, logo, Órgãos de Soberania e os Juízes de Paz são os seus titulares. Este Conselho exerce, relativamente a estes Tribunais extrajudiciais, funções de gestão já referidas: arts. 217º n.ºs 1 e 3, 209º n.º 2, 111 n.º 1, 110 n.º 1 da Constituição da República Portuguesa; e arts. 25º e 65º da Lei n.º 78/2001, de 13.07; alguns já citados.

Sabe-se que não há um Centro de Estudos relativamente aos Juízes de Paz. Mas, mutatis mutandis, há que encontrar um ponto de razoabilidade para intervenção deste Conselho, no processo de formação dos Juízes de Paz.

II. 3 – art.º 6º

Quanto ao projectado art.º 6º, a referência à nacionalidade portuguesa – que resulta da Lei n.º 78/2001 – tem de ser entendível sem prejuízo de regras constitucionais e de Tratados Internacionais.

A palavra “imediatamente” – que também vem da lei n.º 78/2001 – parece-nos inútil.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

II. 4 – Art.º 8º

Considerando os números muito elevados do anterior concurso, a dificuldade das questões e os problemas que aconteceram, cremos que seria preferível dizer-se logo que o prazo em causa é de 20 dias (n.º 1).

Quanto ao n.º 5 do art.º 8, face às funções deste Conselho e que, já há tempos, vimos recebendo pedidos de esclarecimentos, entendemos que deve acrescenta-se que a lista final é *comunicada a este Conselho*. Decerto sempre o seria mas, do que se trata, é de considerar e reflectir princípios.

II. 5 – Art.º 9º

No art.º 9º, faríamos referência a:

- avaliação curricular
- provas públicas de conhecimentos
- prova de perfil psicológico

Diríamos que *as pessoas abrangíveis pelo n.º 2 do art.º 24º da Lei n.º 78/2001 estão dispensadas de provas públicas de conhecimentos*.

Ou seja, ficaria claro que não estão dispensadas nem de avaliação curricular, nem de prova psicológica, nem de subsequente curso.

Por outro lado, a experiência demonstra a extrema importância e relevância da prova psicológica. Deveria dizer-se que esta prova obedecerá aos princípios do art.º 24º do DL n.º 204/98 e que, se o júri discordar do resultado de qualquer prova psicológica, deverá mandá-la repetir por outrem e que, se os resultados das 2 provas forem concordantes, será vinculativo.

II. 6 – Art.º 10º

Pensamos que conviria explicitar-se em que se está a pensar quando, na alínea b) do n.º 2 do projectado art.º 10º, se fala em “cursos ... relacionados com o exercício das funções de Juiz de Paz”. Cremos que, sem uma clara concretização, mais valeria retirar tal expressão. Aliás a alínea c) levanta problemas parecidos, mas a alínea b) é mais carecida de reponderação por se referir, explicitamente, a exercício de funções jurisdicionais.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

II. 7 – Arts. 15/16

Pensamos que o júri deve ser directamente responsável.

Para mais tratando-se de candidatos a Juízes, como tal *não* integrados numa Direcção Geral, os resultados do concurso *não devem ser sujeitos a qualquer homologação*, do género da prevista. Ou seja, o Júri deliberaria *sem* necessidade de homologação

O recurso *da deliberação do Júri* (nesta fase administrativa) deve ser interposto *para o Senhor Ministro da Justiça*, face à circunstância de não se tratar de funcionários ou agentes e de ser o Senhor Ministro da Justiça, quem nomeia o Júri e, aliás, à semelhança da tutela que exerce sobre o C.E.J. (art.º 1 n.º 1 da Lei n.º 16/98).

Quanto à exclusão de candidatos, identicamente, entendemos que, tratando-se de decisão final quanto a pessoas, também será passível de recurso para o Senhor Ministro da Justiça.

Mas, em todos os casos de recurso de deliberações (exclusão ou graduação final) para o Senhor Ministro da Justiça, os recursos deverão ser sujeitos, antes de seguirem, a reparação ou sustentação pelo próprio Júri, e só deverão ser sujeitos ao senhor Ministro se não houver reparação ou se, reparados, outrem prejudicado requerer a remessa (regime semelhante ao do actual agravo – art.º 744º do C.P.C.

Em síntese:

- a) Deliberações do Júri sem necessidade de qualquer homologação.
- b) Recursos para o Senhor Ministro da Justiça.
- c) Possibilidade de reparação pelo Júri.

Esta matéria é extremamente importante e será, concerteza, emblemática.

II. 8 – Art.º 17º

Cremos que só 30 candidatos no *curso* pode ser pouco.

Talvez seja preferível 40, mas reconhecemos que é um ponto secundário.

Outro aspecto é mais importante:

Cremos que a duração e conteúdo programático do curso deverão ser aprovados pelo Senhor Ministro da Justiça, ouvidos o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz e a D.G.A.E..



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Aliás, em qualquer hipótese, quer por força de estarem em causa futuros Juízes a nomear por este Conselho, quer atendendo à experiência deste Conselho, teria um significado negativo não se assumir que este Conselho deveria ser ouvido, previamente, sobre esta problemática.

Por outro lado, o n.º 4 do projectado art.º 17º implica esclarecimento na sua redacção.

Os formandos estão sujeitos a *avaliação no curso*.

Está, a nosso ver, certo.

Mas quem faz essa avaliação? E com que efeitos? E com bases?

Pensamos que ou se diz que será entidade abrangível pelo projectado n.º 3, ou o Júri terá de continuar em funções.

E, muito relevante, essa avaliação, para ter sentido, deverá poder alterar – *justificadamente* – o posicionamento relativo dos frequentadores do curso.

Caso contrário, seria uma inutilidade e não motivaria empenho dos formandos no curso.

Os parâmetros de avaliação final deverão ser, em especial: a personalidade, a assiduidade, o interesse, o nível de conhecimentos.

————X————

Estas observações são um contributo, com óbvio espírito construtivo, como é exigível a este Conselho.

Deliberação aprovada em reunião de 22 de Junho de 2006